

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.176 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 2000

## Novas penas para crimes contra administração

Alvo do projeto a ser votado na quarta-feira são as condutas que atentam contra as finanças públicas e a lei orçamentária. Plenário deve apreciar também duas PECs, entre elas a que permite à guarda municipal atuar no policiamento ostensivo



O projeto a ser apreciado pelo Plenário deverá definir as condutas que tipificam crimes comuns e de responsabilidade contra as finanças públicas e as leis orçamentárias

O Código Penal poderá prever novos crimes relacionados com a gestão orçamentária, financeira e fiscal do poder público. Projeto de lei nesse sentido, de iniciativa do Executivo, será apreciado na quarta-feira pelo Plenário. Com parecer favorável da Comissão de Justiça, a matéria foi apresentada pelo governo como capaz de reprimir condutas que atentem contra as finanças públicas e a lei orçamentária. Também nesta semana os senadores votam em primeiro turno duas propostas de emendas constitucionais, entre elas a que permite às guardas municipais atuação no policiamento ostensivo, mediante convênio dos municípios com os estados.

PÁGINA 3



Álvaro Dias espera também contribuições para aprimorar a organização do futebol

### Álvaro espera que "caixa-preta" do futebol seja aberta

Autor do requerimento que resultou na criação da CPI do Futebol, o senador Álvaro Dias considera a comissão de inquérito instrumento ideal para abrir a "caixa-preta" em que esse esporte teria se transformado.



PÁGINA 3

### RELATOR DESCARTA PREVISÃO DE RECEITA COM A CONTRIBUIÇÃO DOS APOSENTADOS

O relator-geral do Orçamento da União, senador Amir Lando, decidiu não contar com a receita de R\$ 1,4 bilhão prevista pelo governo para a contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas.

PÁGINA 2



Para Amir Lando, o combate à sonegação pode compensar a inexistência da contribuição

### CAE examina a programação monetária para o quarto trimestre

PÁGINA 4

### Projeto que pune pais de alunos faltosos será analisado pela CE

PÁGINA 4

### Senado discute critérios para a propaganda de fumo e bebida alcoólica

As comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizam amanhã, a partir das 10h, audiência pública para discutir restrições ao uso e à propaganda de produtos derivados de tabaco, bebidas alcoólicas, medicamentos e agrotóxicos.

PÁGINA 4

#### RESTRIÇÕES À PROPAGANDA

O que prevê o projeto que será debatido na audiência pública de amanhã:

Publicidade de cigarros associada à prática de atividades esportivas ou que sugira ou induza seu consumo em locais ou situações perigosas, abusivas ou ilegais

Anúncios que incluam a participação de crianças ou adolescentes

Propaganda fixa ou móvel de cigarros em estádio, pista ou local similar

Propaganda, venda e distribuição de amostra ou brinde de cigarros pelo correio

Visita promocional ou distribuição gratuita em estabelecimento de ensino ou local público



O cientista político Paulo Kramer e os jornalistas Ricardo Noblat, Fernando Cesar e Tereza Cruvinel participaram do debate

### Programa da TV Senado debate os resultados eleitorais

PÁGINA 7

# Lando defende combate à sonegação fiscal

Segundo o senador, que responde pela relatoria-geral do projeto de Orçamento da União para 2001, a medida garantirá recursos que o governo pretende arrecadar com a cobrança previdenciária dos aposentados e pensionistas federais

O relator-geral do Orçamento, senador Amir Lando (PMDB-RO), avalia que o combate à sonegação financeira, que seria possibilitado por uma mudança na lei do sigilo bancário, irá render no próximo ano recursos suficientes para substituir a contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas federais prevista no projeto orçamentário de 2001. Ele decidiu não contar com a receita condicionada de R\$ 1,4 bilhão dos inativos, uma vez que a nova contribuição "simplesmente não existe". O projeto está em tramitação na Câmara e dificilmente será votado este ano pelo Senado, considera.

O projeto que muda o sigilo bancário, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), já foi aprovado pelo Senado e se encontra na Ordem do Dia da Câmara para votação. A proposta foi modificada pelos de-

putados e deve ser votada novamente pelos senadores. De qualquer forma, assim que a mudança entrar em vigor a Secretaria da Receita Federal poderá pedir à Justiça a quebra de sigilo de pessoas que movimentam grandes quantias de dinheiro nos bancos, mas não declaram renda. A Receita tem conhecimento das movimentações a partir dos recolhimentos da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CMPF), mas não pode iniciar processos contra possíveis sonegadores.

— O secretário da Receita Federal já informou ao Congresso que, das 530 maiores empresas do país, metade não paga Imposto de Renda. É desse pessoal que tem de sair dinheiro para substituir a verba condicionada dos inativos — afirmou em entrevista à imprensa o senador Amir Lando. O relator-geral do Orçamen-

to 2001 quer conhecer as projeções de arrecadação de imposto de renda com a aprovação da mudança na lei do sigilo bancário.

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, será questionado amanhã, sobre as projeções, pelos deputados e senadores que integram o comitê de receitas da Comissão de Orçamento. O comitê decidiu convidar o secretário para reunião a portas fechadas depois que as consultorias de Orçamento e Fiscalização do Senado e da Câmara encontraram indícios de receitas subestimadas no projeto orçamentário. Para o relator-geral, "algumas coisas não estão claras na proposta de Orçamento e os parlamentares querem saber o que há por trás dessa fumaça".

Para Amir Lando, também existem dúvidas sobre as previsões de arre-



Para Amir Lando, a receita condicionada de R\$ 1,4 bilhão com a cobrança dos inativos "simplesmente não existe"

cação de alguns tributos que viriam sendo questionados na Justiça, como a CPME. Agora, com as primeiras vitórias da Receita Federal na Justiça, "era de se esperar que as receitas de tais contribuições fossem

maior". O comitê de receitas ouvirá Everardo Maciel às 11h. Às 15h, os deputados e senadores terão reunião com o secretário de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento, Waldemar Giomi.



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 2000

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

### PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 87/99, que altera dispositivo da Constituição federal (parágrafo 8º do art. 144 — constituição de guardas municipais); quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 88/99, que altera os artigos 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional; PDL nº 196/2000, que aprova o texto do Acordo por Troca de Notas, entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos para o fornecimento de material de defesa norte-americano; PLS nº 17/2000, que autoriza o poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Polo Petrolina (PE) e Juazeiro (BA); PR nº 27/2000, que estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais com farinha de trigo; Pareceres nºs 939, 940, 941, 942 e 943, de 2000, que submetem ao Senado a escolha dos nomes de Jerson Kelman, Benedito Pinto

Ferreira Braga Júnior, Laura Sérgio de Figueiredo, Ivo Brasil e Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas, para exercerem o cargo de diretores da Agência Nacional de Águas; Requerimento nº 468/2000, da senadora Emilia Fernandes, solicitando a tramitação conjunta do PLC nº 12/2000 com o PLS nº 133/99, por regularem a mesma matéria; Requerimento nº 469/2000, do senador José Fogaça, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs 370/99 e 145/2000, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 503/2000, da senadora Heloisa Helena, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 123/99 e 33/2000, por regularem a mesma matéria.

Quarta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 87/99, que altera dispositivo da Constituição federal (parágrafo 8º do art. 144 — constituição de guardas municipais); quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 88/99, que altera os artigos 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional; substitutivo ao PR nº 134/99, altera a Resolução do Senado nº 78/98, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; PLC nº 17/2000, acrescenta parágrafo ao art. 22 da Lei nº 8.212/91, dispensando as instituições religiosas

### Brasil 500



do recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos ministros de confissão religiosa; PLC nº 21/2000, que altera o Decreto-Lei nº 2.848/40 — Código Penal, a Lei nº 1.079/50 e o Decreto-Lei nº 201/67; PDL nº 116/2000, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Caiobá para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Curitiba (PR); e Requerimento nº 499/2000, do senador Pedro Simon, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 7/92 e 26/2000, por regularem a mesma matéria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Terça-feira

10h — Reunião Conjunta das Comissões de Assuntos Sociais e Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: audiência pública para instrução do PLC nº 47/2000, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas. Convidados: representantes das Associações Brasileira de Agências de Publicidade (Abap), Nacional dos Jornais (ANJ) e Brasileira de Anunciantes (ABA); do coordenador geral do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Alcool e Drogas da Universidade de São Paulo, Arthur Guerra de Andrade; do secretário da Receita Federal, Everardo

Maciel; e Josaphat Marinho e Marcelo Cerqueira. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Mensagem nº 176/2000, que encaminha ao Senado a Programação Monetária para 4º trimestre de 2000; PLS nº 617/99, altera o caput do artigo 2º do Decreto-Lei nº 9 760/46, atualizando o conceito de terrenos de marinha; PLS nº 683/99, que regulamenta a prestação de informações ao Banco Central, para instrumentalização do Sistema Central de Risco de Crédito; PLS nº 153/2000, que cria instrumento de redistribuição do Fundo de Participação dos Estados para antes da Federação que cumpram todos os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal; PLS nº 533/98, que fixa normas para a cooperação entre os entes federativos com vistas ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional; PLS nº 573/99, altera dispositivos da Lei nº 9 427/96, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica; PLC nº 11/2000, que dispõe sobre o aumento de capital nas empresas públicas ou sociedades de economia mista sob o controle da União; PLC nº 2/2000, que dispõe sobre o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins de reforma agrária; e PLC nº 16/2000, que altera dispositivo da Lei nº 9.427/96 (incluindo na tarifa de energia elétrica, exceto da zona rural, o custo do consumo de energia destinada à iluminação pública). Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 505/99, que inclui conteúdos de Educação Ambiental nos currículos da educação básica e superior; PLS nº 140/2000, que denomina Rodovia Otávio Corrêa de Melo, trecho da BR-401 (RO); PLC nº 26/2000, altera dispositivos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e PDLs aprovando atos de renovação de concessão e de outorga de permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

15h — CPI de Roubo de Cargas

Pauta: discussão do calendário 2000/2001. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

### ESPECIAL

9h às 18h30 — Mostra do Redescobrimto — Brasil + 500

Aberta para visitação pública até 15 de outubro. Além do original da carta de Pero Vaz de Caminha, a exposição apresenta, ainda, 22 obras de artistas brasileiros e portugueses contemporâneos, fazendo uma releitura moderna dos temas e cenários descritos no documento. Salão Negro do Congresso Nacional

Quarta-feira

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: O Castelo Rá Tim Bum, de Cao Hamburger. Auditório Patrônio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

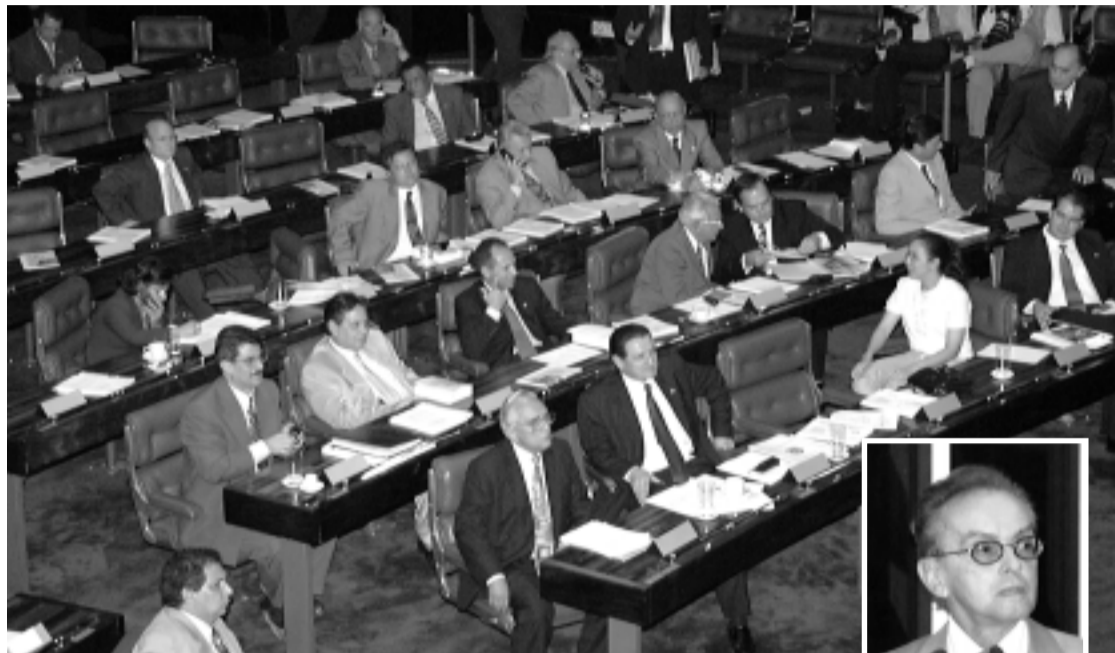
# Crimes contra administração podem ter novas penas

Com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, proposta a ser votada pelo Plenário do Senado tem o objetivo de reprimir condutas que atentam contra as finanças públicas e a lei orçamentária

O Código Penal poderá ser alterado para incluir novos crimes relacionados com a gestão orçamentária, financeira e fiscal do setor público. Projeto neste sentido será apreciado nesta quarta-feira pelo Senado, que deverá também definir as condutas que tipificam crimes comuns e de responsabilidade contra as finanças públicas e as leis orçamentárias.

Ao enviar o projeto ao Congresso, o governo afirmou que a gestão fiscal responsável é instrumento indispensável para a estabilidade da moeda e para o desenvolvimento nacional, devendo ser protegida com modernas normas penais, capazes de reprimir condutas que atentam contra as finanças públicas e a lei orçamentária. A matéria teve o parecer favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Também na quarta-feira, o Senado pode votar, em primeiro turno, duas propostas de emenda constitucional. A primeira, do senador Romeu Tuma (PFL-SP), permite às guardas municipais atuar no policiamento ostensivo e preventivo,



Jefferson Péres (no destaque) deu parecer favorável à proposta do Poder Executivo, que agora será apreciada pelo Plenário do Senado (acima)



além de desempenhar as atribuições já previstas na Constituição. A segunda PEC, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), reduz somente a atos de natureza política as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional.

Em turno suplementar, o Plenário vota na quarta projeto de resolução

que amplia os mecanismos de controle do endividamento de estados e municípios. Por esse projeto, para serem examinados seus pedidos de empréstimo, as administrações estaduais e municipais, assim como a do Distrito Federal, terão de apresentar ao Banco Central certidão emitida pelo Tribunal de Contas comprovan-

do o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Será votado ainda projeto dispensando as instituições religiosas de recolher a contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos seus ministros. A medida foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a partir de substituti-

vo do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Ele entendeu que o trabalho de ministro de confissão religiosa e de membros de instituto de vida consagrada não configura prestação de serviço. Também considerou que esse trabalho não tem vínculo empregatício.

Os senadores decidirão amanhã sobre projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que diminui de 12% para 7% a alíquota interestadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) cobrado da farinha de trigo. Em defesa do projeto, Osmar Dias afirma que o Brasil já plantou cinco vezes mais trigo do que planta atualmente. Em sua opinião, com a aprovação do projeto, a atual produção de trigo poderá dobrar, gerando 400 mil empregos e uma renda adicional de US\$ 1 bilhão.

O Senado também delibera amanhã acerca da escolha de cinco nomes para assumirem cargos de direção na Agência Nacional de Águas. E decide se autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), conforme projeto do senador Roberto Freire (PPS-PE).



## Álvaro Dias: quebra de sigilo deve abrir a "caixa-preta" do futebol



### CPI define amanhã sua nova pauta

A comissão parlamentar de inquérito do Congresso que investiga roubos de cargas realiza amanhã uma reunião administrativa com o objetivo de organizar a pauta de trabalho. Será a primeira após as eleições municipais, e nela deve ser estabelecida a data da primeira visita dos parlamentares da CPI a um estado da federação. O primeiro da lista é São Paulo, em que ocorrem 68% dos roubos de cargas no país. Em seguida, a CPI fará uma visita ao Maranhão, onde já foram realizadas diligências.

Presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a CPI teve seu prazo de funcionamento ampliado por mais um ano e deve estender sua atuação para a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões.

Para o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é o instrumento ideal para abrir a "caixa-preta" em que se tornou o futebol brasileiro. Isso porque, por meio da quebra dos sigilos bancário e fiscal, poderão ser reveladas informações sobre a suposta negociação de jogadores e a sonegação de tributos por parte de clubes de futebol, ade dirigentes e também de jogadores, acrescentou.

Álvaro Dias entende que a CPI também deve estar aberta para receber sugestões que aprimorem a organização do esporte no país e para receber outros tipos de denúncia, como a de suposta evasão da renda de ingressos em partidas de futebol, que vêm sen-

do apontada nos últimos dias.

— Apesar de ser uma associação de direito privado, a CBF (Confederação Brasileira de Futebol) tem fortes vínculos que a amarram ao interesse público, pois paga impostos e realiza operações financeiras que devem obedecer as regras definidas pelo Poder Público — afirmou o senador.

O senador alerta para o fato de que a CPI deve apurar responsabilidades, mas deve ser parcimoniosa, pois também pode servir para inocentar pessoas que vêm sendo acusadas publicamente.

— Teremos todo o cuidado para não cometer injustiça — disse.



Álvaro Dias

COMPOSIÇÃO  
O aumento do número de integrantes da CPI de 11 para 13 membros foi, segundo Álvaro Dias, importante para assegurar mais uma vaga para o Bloco de Oposição, que, na composição anterior, teria direito a apenas uma cadeira na comissão. Assim, um senador do PT deve unir-se ao senador Sebastião Rocha (PDT-AP), já indicado pela líder do Bloco, senadora Heloísa Helena.

O PMDB também terá direito a mais uma vaga na CPI, mas só deve confirmar suas indicações na próxima semana. Dos partidos da Casa que têm direito a indicar membros para a CPI,

apenas o PSDB fechou sua lista. Além de Álvaro Dias, autor do requerimento que criou a CPI, os senadores José Roberto Arruda (DF) e Antero Paes de Barros (MT) serão os demais integrantes do partido na comissão, cabendo ao último a suplência.

O PFL não escolheu ainda os senadores que irá indicar para a CPI, decisão que só deve ser tomada na próxima semana. Ainda assim, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que a comissão será instalada já nos próximos dias. Na primeira reunião, serão escolhidos o presidente, o vice-presidente e o relator. Tradicionalmente, o autor do requerimento ocupa um dos cargos de relevância nas CPIs, mas a decisão cabe aos partidos com as maiores bancadas na casa, ou seja, o PMDB e o PFL.

# CCJ e CAS debatem restrição à propaganda de fumo e álcool

Participam de audiência o secretário da Receita Federal e representantes do Ministério da Saúde, agências de publicidade, jornais, rádios e TV

Restrições ao uso e à propaganda de produtos derivados de tabaco, bebidas alcoólicas, medicamentos e defensivos agrícolas serão debatidas amanhã, às 10h, em audiência pública conjunta promovida pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS). Proposta pelos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Moreira Mendes (PFL-RO), a discussão pretende instruir a votação do projeto do Poder Executivo que dispõe sobre o tema.

No dia 18, às 9h, as duas comissões voltam a debater o tema, dessa vez com o ministro da Saúde, José Serra.

Na reunião de amanhã, além do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, devem estar presentes na audiência pública o jurista e ex-senador Josaphat Marinho e o professor Arthur Guerra de Andrade, coordenador-geral do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Alcool e Drogas da Universidade de São Paulo (USP). Também foram convidados representantes do Ministério da Saúde, da Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap), da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e da Associação Brasileira de Anunciantes (ABA), entre outras entidades da área de comunicação.

Já aprovada pela Câmara dos Deputados, onde foi relatada pelo de-



José Roberto Arruda e Moreira Mendes são autores do requerimento para a realização da audiência destinada a instruir projeto do Executivo que trata da proibição

putado Jutahy Júnior (PSDB-BA), a matéria tramita no Senado em regime de urgência constitucional. Ao alterar dispositivos da Lei nº 9.294/96, determina que a propaganda comercial dos produtos alcoólicos e dos derivados de tabaco deve ser limitada ao uso de pôsteres, painéis e cartazes na parte interna dos pontos de venda. Fica proibida, assim, sua publicidade em jornais, revistas e emissoras de rádio e TV.

Ficam vedadas ainda a propaganda, a venda e a distribuição de amostras ou brindes dos produtos pelos Correios, a realização de visita promocional ou distribuição gratuita em escolas ou áreas públicas e o patrocínio de atividades culturais ou esportivas pelos fabricantes. Não será permitida igualmente a propaganda em estádios, ginásios ou pistas de cor-

rida. Outra restrição refere-se à associação desses produtos à prática esportiva e à indução de seu consumo em locais ou situações perigosas, abusivas ou ilegais.

Quem infringir as restrições propostas fica sujei-

to a multa de R\$ 5 mil a R\$ 100 mil, podendo ser enquadrado ainda nas penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e na Lei de Telecomunicações. As emissoras de rádio e televisão que desrespeitarem as novas regras terão a programação suspensa por dez minutos, prazo atrelado a cada minuto, ou fração, de duração da propaganda veiculada em desacordo com a lei.

O senador José Roberto Arruda foi indicado relator do projeto, que recebeu 23 emendas no Senado, tanto na CCJ como na CAS. Antes de votar a matéria, as duas comissões deverão analisar requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) destinado a viabilizar a tramitação em conjunto com outras propostas que proíbem a propaganda de bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.

## Projeto de Requião será votado pela Câmara

O projeto que proíbe a comercialização no país de cigarros e cervejas destinados à exportação aguarda a deliberação da Câmara dos Deputados. De autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR), a proposta já foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão



Requião: proposta proíbe venda no país de cigarro e cerveja para exportação

terminativa, e contou com o relatório favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA).

Para garantir a proibição, as embalagens dos produtos receberão uma tarja vermelha contendo a inscrição em letras verdes (ou vice-versa) "Produto para exportação, venda proibida no Brasil". A tarja,

com um mínimo de 15 milímetros de altura, deverá ocupar toda a extensão da frente, verso e laterais da parte inferior de cada maço ou carteira de cigarros e lata de cerveja. Pacotes e engradados também terão a inscrição, ocupando um quinto de sua altura.

De acordo com Requião, o objetivo da proposta é impedir que cigarros e bebidas, isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por serem destinados à exportação, geralmente para a Europa, possam ser vendidos livremente no Brasil.

A venda, diz, tem se tornado uma prática comum, apesar de considerada lesiva à economia nacional.

— A palavra "vergonha" não é mais suficiente para definir a situação da venda ilegal de cigarros em nossas cidades. São produtos reintroduzidos no mercado interno, ou nem sequer chegam a sair do Brasil — afirma Requião, justificando o projeto.

Além de burlarem o pagamento do IPI (alíquota de 330%) e do ICMS (25%), explica o senador, as empresas exportadoras recebem créditos, conferidos pela legislação tributária, equivalentes ao valor das contribuições relativas ao PIS e à Cofins. Cigarros e cervejas destinados aos países latino-americanos e ao Caribe já apresentam uma tarja proibindo a venda no mercado interno.

## CE examina amanhã projeto que combate evasão escolar

Projeto que responsabiliza criminalmente os pais ou responsáveis pelos alunos faltosos nas escolas do ensino fundamental está na pauta da reunião que a Comissão de Educação (CE) realiza amanhã, às 11h30. De iniciativa da Câmara dos Deputados, a matéria tem parecer favorável da senadora



Emilia Fernandes apresentou parecer favorável à proposta

Emilia Fernandes (PDT-RS).

A proposta obriga os dirigentes dessas escolas a enviar bimestralmente ao conselho tutelar do município e ao juiz competente da respectiva comarca a relação dos alunos com 25% de faltas não justificadas.

O projeto baseia-se em experiência realizada no município capixaba de Serra, que, com a punição dos responsáveis pelos alu-

nos faltosos, conseguiu diminuir significativamente a evasão escolar.

Na avaliação da relatora, a medida irá ajudar a manter as crianças na escola, contribuindo para a melhoria das estatísticas educacionais, segundo as quais grande parte dessa faixa da população brasileira encontra-se fora da escola.

A pauta da reunião da CE inclui ainda proposta do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que dá o nome de Luiz Otávio Corrêa de Melo a trecho da BR-401, no estado de Roraima, além de sete projetos de decreto legislativo que tratam da aprovação e renovação de concessões de emissoras de rádio e TV.

## CAE analisa programação monetária para 4º trimestre

O senador Bello Parga (PFL-MA) apresentou à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) parecer favorável à programação monetária para o quarto trimestre de 2000, enviado pelo Poder Executivo. O texto é o primeiro item da pauta da reunião que o colegiado realiza amanhã, às 10h.



Bello Parga: programação favorece a estabilidade dos preços

Segundo Parga, a programação monetária encaminhada pelo Poder Executivo favorece a estabilidade de preços. Em seu relatório, o senador ressalta que os juros básicos da economia, estabilizados em 19% entre julho do ano passado e março deste ano, foram reduzidos, chegando aos 16,5% atuais, nível mantido inclusive após a elevação do preço do petróleo. Afirma ainda que a programação é condizente com a política de aumento do crédito e de redução entre as taxas de captação e de aplicação de dinheiro.

A comissão deve analisar também projeto de lei apresentado pela CPI do Sistema Financeiro e que sofreu emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta obriga as instituições integrantes do

sistema financeiro nacional e a Secretaria da Receita Federal a fornecerem informações ao Sistema Central de Riscos de Crédito do Banco Central. Na CAE, o projeto de lei tem parecer favorável do senador Osmar Dias (PSDB-PR).

A CAE também vai analisar dois projetos do senador Arlindo Porto (PTB-MG) referentes a seguros. O primeiro torna obrigatório o seguro de garantia para os compromissos das administradoras de consórcio. A matéria recebeu parecer favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA). O segundo inclui o seguro rural entre os casos em que o governo federal poderá assumir riscos catastróficos e excepcionais, por intermédio do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). A matéria tem voto favorável do relator, senador Luiz Otávio (sem partido-PA).

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) apresentou substitutivo à proposta do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que isenta os desempregados e cidadãos de baixa renda da taxa de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

# Lobão destaca papel de Sarney no Mercosul

Ao registrar o 15º aniversário de criação do bloco econômico, senador observa que Ata de Foz do Iguaçu, de 1985, marcou o fim das rivalidades históricas com a Argentina e o início da formação do mercado comum sul-americano

Ao registrar o aniversário de 15 anos do início do processo de integração dos países do Cone Sul (Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina), o senador Edison Lobão (PFL-MA) ressaltou a importante atuação do senador José Sarney (PMDB-AP) na criação do Mercosul. Ele lembrou



Lobão ressaltou o esforço de Sarney em favor do intercâmbio

que foi Sarney que, como presidente da República, assinou a Ata de Foz do Iguaçu, em 1985, em conjunto com o ex-presidente argentino Raul Alfonsín.

Lobão contou que aquele do-

cumento marcou o fim das rivalidades históricas entre os dois países e desencadeou a formação do mercado comum do continente sul-americano. Destacou também o esforço e a habilidade diplomática de Sarney para conseguir concretizar suas metas de intercâmbio com

os países vizinhos.

– Somente um homem público com ampla visão de estadista poderia enfrentar, naquele momento, as grandes dificuldades que as grandes causas im-

põem – declarou Lobão.

José Sarney, descreveu o orador, em todas as ocasiões em que visitava os países do Mercosul, enfatizava a necessidade de formação de uma área de livre comércio, com tarifa zero e união aduaneira, apontando para ações futuras ainda mais audaciosas, como a adoção de moeda e banco central comuns.

Lobão disse que esse empenho é reconhecido no Brasil e foi destacado, na edição do último dia 1º, no jornal *La Prensa*, de Buenos Aires, que em editorial rememorou o processo de implantação do Mercosul, narrando o prestígio que o ex-presidente Sarney desfrutava na Argentina.

Em aparte, o senador Mozarildo

Cavalcanti (PFL-RR) disse admirar o homenageado, lembrando que foi José Sarney, como presidente, que sancionou os projetos de criação das universidades federais de Roraima e do Amapá, que eram estados recém-constituídos.

Também o senador Romero Jucá (PSDB-RR) apoiou as palavras de Lobão, afirmando que o ex-presidente Sarney tem um lugar na história nacional, principalmente, pela dedicação, esforço pessoal e empenho com que conduziu a transição democrática. O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), na presidência dos trabalhos, anunciou o endosso da Mesa da Casa às manifestações de apreço e homenagem ao ex-presidente.



Fogaça alerta que combate ao narcotráfico na Colômbia pode ter consequências no Brasil

## Narcotráfico é problema policial e não militar, garante Fogaça

O senador José Fogaça (PMDB-RS) elogiou o governo brasileiro por não utilizar as Forças Armadas no combate ao narcotráfico. O senador apóia a visão de que o narcotráfico não é uma questão militar. “É um problema policial. Todas as medidas possíveis têm que ser tomadas para combater o tráfico de drogas mas, para o Brasil, está provada a inutilidade das ações militares nessa área”, disse.

Fogaça lembrou experiência de uso das Forças Armadas no combate ao tráfico nas favelas do Rio de Janeiro pelo então presidente da República Itamar Franco. A falta de preparo do Exército para aquela atividade acabou gerando grande confusão. “O Exército pode até dar apoio logístico, de inteligência, mas quem está preparada e treinada para este tipo de ação é a Polícia Federal”, afirmou o senador.

Para Fogaça, a decisão governamental vem sendo apoiada por diversos setores políticos, inclusive pelo Congresso Nacional. Ele acrescentou, no entanto, que é importante respeitar a decisão soberana da Colômbia de permitir que as Forças Armadas norte-americanas atuem em seu território para combater o tráfico de drogas. Fogaça destacou que, mesmo sendo a 700 quilômetros da fronteira, a atuação militar americana na Colômbia poderá ter repercussões em território brasileiro. Poderá haver, por exemplo, migração clandestina, arregimentação de indígenas para o tráfico, e teme-se até o deslocamento do centro de produção de drogas para território brasileiro. “Com o fim da Guerra Fria, o narcotráfico se apresentou como uma nova ameaça”, disse.

## Tocantins está consolidado, afirma Quintanilha

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) registrou na sexta-feira o 12º aniversário do estado do Tocantins, transcorrido na véspera. Segundo Quintanilha, graças ao Congresso Nacional e ao idealizador do novo estado, Siqueira Campos, atual governador, o Tocantins é hoje um estado consolidado, com organização político-administrativa já plenamente atingida.

Quintanilha fez, durante o discurso, um resumo da história da criação do estado do Tocantins. Segundo o senador, a primeira manifestação em favor da autonomia do norte goiano partiu do desembargador português Joa-

quim Theotônio Segurado. Em 18 de março de 1809, dom João VI criou a Comarca da Palma. O senador disse, no entanto, que a melhor forma de celebrar o 12º aniversário da mais nova unidade da Federação é através do registro de seu extraordinário desenvolvimento.

O estado do Tocantins tem uma população de 1 milhão e 200 mil habitantes distribuída em uma área de 278 mil quilômetros quadrados, e uma vocação econômica centrada na pro-



Quintanilha destacou o 12º aniversário do Tocantins

dução de grãos e pecuária. Nos últimos seis anos, Tocantins recebeu mais de 4 mil km de rodovias, o que permitiu a interligação de municípios antes completamente isolados, disse Leomar Quintanilha.

O senador relacionou as principais iniciativas do atual governo, entre as quais a Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, que deve produzir 850 MW quando estiver concluída, o que equivale a seis vezes o atual consumo do estado.

Na área da educação, Quintanilha disse que a escola chegou a todos os municípios do estado. Além disso, o programa Bolsa-Escola é, segundo ele, o maior do gênero no país, atendendo a mais de 30 mil crianças.

No que se refere à saúde, o senador disse que o Tocantins dispõe de 3.401 leitos, distribuídos em 66 hospitais públicos, 46 privados, 191 postos de saúde e 64 centros de saúde. Leomar Quintanilha informou que outros projetos, de iniciativa da União, são aguardados com expectativa pelo Tocantins, entre os quais a Ferrovia Norte-Sul e a Hidrovia Araguaia-Tocantins.

## 12º ANIVERSÁRIO DE RORAIMA

### Mozarildo: estado confirma a importância da redivisão

Os doze anos de criação do estado de Roraima, comemorados no último dia 5 de outubro, foram saudados, da tribuna, pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que considera essa unidade federativa um exemplo claro da importância da redivisão territorial do país.

Mozarildo Cavalcanti informou que, durante esses dez anos como estado, Roraima cresceu e prosperou, principalmente após o asfaltamento da BR-174, uma das mais importantes vias da região. Para o senador, Roraima, que foi território federal por 45



Mozarildo vê Roraima integrado

anos, está atualmente integrado ao restante do país, com ativa participação em todos os setores da vida nacional.

O senador observou que estados brasileiros de grandes dimensões, como Amazonas, Pará e Mato Grosso, poderiam ser divididos, gerando

novas unidades federativas, como Roraima. Com um novo reordenamento territorial, essas regiões, segundo Mozarildo, alcançariam pleno desenvolvimento. O senador é autor da proposta de emenda constitucional que prevê a redivisão dos três estados.

### “Uma importante fronteira agrícola”, diz Romero Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) lembrou na sexta-feira o 12º aniversário da criação do estado de Roraima, pela atual Constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988. Antes um território, Roraima, de acordo com Jucá, vale-se de sua nova condição de unidade da Federação para alcançar índices cada vez maiores de crescimento econômico e social.

– Há muitas batalhas a vencer, mas já vencemos muitas. Um estado com povo tão trabalhador só pode esperar futuro grandioso – afirmou Jucá.



Romero Jucá: há muitas batalhas a vencer

O senador observou que Roraima é hoje uma importante fronteira agrícola e conta com o papel decisivo dos gaúchos para a melhoria do padrão tecnológico, por meio do campus avançado da Universidade de Santa Maria. O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que presidia a sessão no momento do discurso, associou-se à homenagem de Jucá, lembrando que também fazem aniversário os estados do Amapá e do Tocantins.

# Tebet quer prioridade para os pequenos municípios

Segundo o senador, é preciso aumentar os investimentos nas cidades de menor porte, sobretudo nas áreas de educação e de saúde, a fim de evitar a migração para os grandes centros urbanos e desenvolver um “Brasil empobrecido”

## Patrocínio defende a adoção do plantio direto

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) defendeu, em discurso feito sexta-feira, a adoção da técnica de plantio direto em maior escala no Brasil. Ele destacou que cerca de 75% das terras brasileiras são trabalhadas no sistema tradi-



Segundo Carlos Patrocínio, técnica reduz custos de produção sem agredir o meio ambiente

cional. Por isso, pediu apoio ao ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, para incentivar a adoção dessa técnica, mais natural, que apenas copia o que a natureza faz. Patrocínio explicou que o siste-

ma de plantio direto é pouco divulgado, e se baseia em aproveitar resíduos vegetais de culturas anteriores para dar vida a novas culturas, sem revolver o solo, criar desequilíbrios, nem agredir o ambiente. “O bom senso, a vivência, os anos de vida e observação do agricultor criaram o plantio direto”, disse o senador.

Carlos Patrocínio informou que já estão sendo realizados estudos e pesquisas sobre a técnica, já inclui-

da em currículos universitários. A Universidade de Brasília, por exemplo, está ministrando o primeiro curso de pós-graduação sobre a técnica, que, em 1998, já era utilizada em 9 milhões de hectares no Brasil.

Depois de destacar a importância econômica da agricultura para o país, inclusive para a sustentação do Plano Real, o senador lembrou que o plantio direto requer menos força de trabalho, reduz a erosão do solo e favorece o controle biológico de pragas, doenças e plantas daninhas.

A técnica permite menor uso de agroquímicos e adota herbicidas de baixa toxicidade. Além disso, reduz os custos de produção agrícola.

Em aparte, o senador Leomar

Quintanilha (PPB-TO) afirmou que, além da utilização de técnicas modernas, a agricultura brasileira precisa com urgência de outros tipos de incentivos.

— A logística de transporte ainda representa uma grande dificuldade para a agricultura do Brasil. Precisamos de uma estrutura de transporte que torne a agricultura uma atividade econômica rentável — afirmou Quintanilha.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) apelou ao governo federal para que o programa *Olho no Olho*, do Ministério da Educação, seja estendido aos pequenos municípios do país. Atualmente, apenas as cidades com mais de 40 mil habi-



Tebet apelou para que o programa *Olho no Olho*, do MEC, seja levado aos pequenos municípios do país

tantes têm direito de participar do programa, que oferece exames oftalmológicos e óculos para os estudantes que necessitam de correção visual. Tebet pediu ainda que os ministérios da Saúde e da Educação centrem suas ações nas

menores cidades.

Durante as eleições municipais, quando percorreu todo o estado, Tebet ouviu muitos apelos de pais de alunos e professores interessados em levar o programa *Olho no Olho* às cidades menores. Também recebeu documento, assinado pelos vereadores de Rio Brilhante, cobrando empenho junto ao governo federal por maior assistência aos municípios menores.

Para Tebet, “está na hora de o governo reverter a situação desse interior empobrecido, carente e necessitado do Brasil”. Ele diz que levar saúde e educação para as pequenas cidades significa diminuir a migração de pessoas que vão para as metrópoles em busca de melhores condições de vida.

Mesmo elogiando a atuação dos ministros José Serra, da Saúde, e Paulo Renato Souza, da Educação, o senador quer uma ação mais intensa dos dois ministérios. “Estamos a caminho, mas ainda muito longe de atingir o que a população quer”, disse.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) criticou o desempenho do Ministério da Saúde e defendeu a necessidade de um especialista para substituir José Serra. “A diferença em relação ao Ministério da Educação, que vem sendo tocado por um educador, é gritante”, afirmou.

Já o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) opinou que os problemas das metrópoles só serão resolvidos com a diminuição da migração, através do investimento nos pequenos municípios e da melhoria das condições de vida das cidades de menor porte.

## Alcântara destaca avanços obtidos pela Embrapa

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) comentou a divulgação do Relatório de Atividades de 1999 da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Segundo ele, o documento reflete a realidade de um setor que tem observado avanços nos últimos anos, em grande parte pelas pesquisas e pela articulação com o sistema produtivo agropecuário brasileiro promovidas pela empresa.

O universo de pesquisas da Embrapa, informou Lúcio Alcântara, envolve cerca de 2,5 mil subprojetos, que abrangem o uso dos recursos naturais, genéticos e de

biotecnologia, além de buscarem formas de aumentar a produção agropecuária. Alcântara disse que a empresa tem atividades afinadas com o Plano Plurianual de Atividades (PPA) do governo federal, desenvolvendo programas específicos para a agricultura familiar e conservação de solos na agricultura, entre outros.



Empresa tem encontrado soluções tecnológicas para desenvolver a agricultura, disse Alcântara

Lúcio Alcântara avalia que os resultados referentes ao desenvolvimento de tecnologias foram extremamente positivos. Além disso, a Embrapa firmou acordos de cooperação internacional. Apenas em 1999, estiveram no Brasil 24 missões estrangeiras interessadas em obter o conhecimento da empresa.

Exemplo de cooperação é a criação do laboratório virtual que a empresa mantém nos Estados Unidos. O objetivo do centro de estudos é a articulação com entidades internacionais e universidades norte-americanas.

— A atuação da Embrapa reflete um esforço meritório no enfrentamento dos problemas da atualidade, na produção de soluções tecnológicas e na maior capacitação da nossa agricultura. A Embrapa tece uma parceria com a sociedade brasileira na busca do elevado objetivo da ampliação do conhecimento — observou Alcântara.

Exemplo disso é a contenção no alto índice de perda de água, grave problema de todas as empresas brasileiras do setor. No país, esse índice situa-se em torno de 40% do volume total, quase o dobro do padrão aceito internacionalmente.

## Senador alerta para a falta de saneamento básico no país

O senador Lúcio Alcântara está preocupado com os danos que a falta de saneamento básico tem provocado no país, tanto em termos ambientais quanto econômicos e humanos, apesar dos esforços do setor público para ampliar os níveis de atendimento da população com água tratada e sistemas de coleta de esgotos. Ele citou dados da Fundação Nacional de Saúde para mostrar a gravidade do problema: de 95 a 97, em virtude da falta de água tratada e coleta de esgotos, morreram 342 mil crianças com menos de cinco anos no país.

Nesse mesmo período, a falta de saneamento básico também provocou a internação hospitalar de mais de 2 milhões de pessoas, acrescen-

tou o senador, para quem “essas mortes são inadmissíveis e envergonham nosso país”. Junto com a vacinação, destacou Alcântara, o saneamento básico é uma das formas mais eficazes de promover a saúde pública. Um estudo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), por exemplo, concluiu que para cada R\$ 4 investidos em saneamento básico são economizados R\$ 10 na rede hospitalar.

— A última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, com dados referentes ao ano de 1998, revelou que mais de 20% das residências brasileiras não estão ligadas à rede de abastecimento de água, e quanto ao esgoto, apenas 64% dos

domicílios no Brasil apresentam alguma forma de esgotamento sanitário — acrescentou.

A situação das empresas de saneamento no país, atualmente, é de “crise e crescentes dificuldades”, aponta o senador, que registra o acúmulo de dívidas e a redução da capacidade de investimento como limitações para a redução dos déficits nessa área. Apesar do aumento no investimento público durante o governo Fernando Henrique, “revertendo uma tendência de decréscimo que se iniciara no governo Collor”, o montante aplicado “mostra-se bem aquém do que seria necessário para atender às necessidades da população”, concluiu.

Em meio a esse quadro de carên-



Paulo Kramer, Ricardo Noblat, Fernando Cesar Mesquita e Tereza Cruvinel, durante a gravação do programa na TV Senado

# Oposição cresceu mas ainda não tem nome para sucessão

Conclusão é de jornalistas e cientista político que debateram resultados eleitorais em programa que será reprisado às 11h de hoje pela TV Senado

O crescimento das oposições, a eficiência do voto eletrônico e o sucesso da reeleição foram apontados como as principais características do pleito municipal deste ano pelos participantes do programa *Entrevista Especial*, apresentado pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita, que foi ao ar pela TV Senado no final de semana e será reprisado hoje, às 11 horas.

Os debatedores – o cientista político Paulo Kramer e os jornalistas Ricardo Noblat e Tereza Cruvinel – também estiveram de acordo em relação ao que consideram uma lacuna do quadro político pós-eleitoral: nem as oposições nem a aliança governista dispõem no momento de nomes fortes para a disputa da Presidência da República, em 2002.

De um lado, apontaram, as oposições se fortalecem sobretudo com o crescimento do PT, que disputa o segundo turno em cidades importantes como São Paulo e Curitiba, mas hesita em lançar mais uma vez a candidatura de Lula ao Palácio do Planalto. De outro, a aliança governista sai das eleições municipais com mais da metade dos votos, sem ter encontrado um nome ca-

paz de enfrentar as oposições dentro de dois anos.

– Por sobrevivência política, PSDB, PFL e PMDB devem continuar juntos em 2002, mas esses partidos não têm nomes fortes para disputar a Presidência – acredita Noblat, diretor de redação do jornal *Correio Braziliense*. “E o PT, que tem um elenco de candidatos, tende a lançar o nome até agora reprovado nas urnas, que só faz perder votos desde 1989”, comparou.

Ao analisar os números do pleito, a jornalista Tereza Cruvinel, colunista do jornal *O Globo*, disse que o PT passou a ser um dos quatro grandes partidos brasileiros, junto com PSDB, PFL e PMDB. “Entrou para o clube das grandes forças políticas”, afirmou. Dentro da base governista, avaliou, o PFL conseguiu se expandir nos centros urbanos, enquanto o PSDB teve de se contentar com prefeituras de capitais menos expressivas e o PMDB continuou em seu “lento declínio”.

– O PMDB e o PSDB iniciaram um processo de arenização – observou Paulo Kramer, da Universidade de Brasília, referindo-se ao eleitorado predominantemente de pequenas

cidades que caracterizava a antiga Arena, partido ligado ao regime militar encerrado em 1985.

Os entrevistados fizeram uma avaliação positiva do instituto da reeleição. Antes do pleito, lembraram eles, muitos parlamentares temiam o uso irregular da máquina administrativa pelos prefeitos que se candidatavam a um novo mandato. Apurados os votos, porém, nenhum grande escândalo foi noticiado e apenas uma parcela dos prefeitos candidatos teve sucesso na tentativa de se reeleger.

O voto eletrônico também foi elogiado pelos participantes do programa, por ter reduzido as possibilidades de fraudes na contagem dos votos. “Foi um exemplo fantástico de eficiência da Justiça Eleitoral”, disse Noblat. Os três ressaltaram, porém, a necessidade de aperfeiçoar a legislação eleitoral antes das eleições de 2002. “Algumas mudanças poderiam ser adotadas já, como o voto em listas partidárias fechadas para a Câmara, o que aumentaria o comprometimento dos deputados com seus partidos e dificultaria a ação dos *lobbies* no Congresso”, defendeu Tereza Cruvinel.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h30 – *Debate* – Senador Lauro Campos e o diretor do Instituto Casa, Nelson Carrozzo, falam sobre o espaço urbano e a saúde mental  
7h30 – *Entrevista* – Paulo César Camarão, diretor de Informática do TSE, faz uma avaliação das eleições  
8h – *Cores do Brasil* – Diamantina  
8h30 – *TV Escola* – PCN – Matemática – É de mais ou de menos  
9h – *Cores do Brasil* – Pernambuco  
9h30 – *Entrevista* – Professor Cristovam Buarque fala sobre a globalização, educação e pobreza  
10h – Congresso de Aplicações da Internet no Governo  
11h – *Entrevista* – Os jornalistas Tereza Cruvinel, Ricardo Noblat e o professor Paulo Kramer fazem um balanço das eleições municipais  
12h – *Entrevista* – Paulo César Camarão, diretor de Informática do TSE, faz uma avaliação das eleições  
12h30 – *Revista Brasília*  
13h30 – *Debate* – Senador Lauro Campos e o diretor do Instituto Casa, Nelson Carrozzo, falam sobre o espaço urbano e a saúde mental  
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 – *Revista Brasília*

19h30 – *Debate* – Senador Lauro Campos e o diretor do Instituto Casa, Nelson Carrozzo, falam sobre o espaço urbano e a saúde mental  
20h30 – *Entrevista* – Paulo César Camarão, diretor de Informática do TSE, faz uma avaliação das eleições  
21h – *Jornal do Senado*  
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)  
Logo após: *Revista Brasília*

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h – *Agenda Senado*  
Em seguida – Música e informação  
14h30 – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida – Música e informação  
19h – *A Voz do Brasil*  
Em seguida – Música e informação  
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste  
Em seguida – Música e informação  
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida – Música e informação  
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste  
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BSB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

## Congresso nacional de corretores de seguros vai reunir 3 mil pessoas na cidade de Salvador

Cerca de 3 mil profissionais da área de seguros do país, além de autoridades do governo, notadamente da área econômica, vão estar reunidos em Salvador, no período de 14 a 16 próximos, no XI Congresso Brasileiro de Corretores de Seguros, no Centro de Convenções da Bahia.

Paralelamente à realização do congresso, acontecerá a 10ª Exposeg, uma exposição de produtos e serviços do setor, que já conta com 36 empresas inscritas.

Durante o congresso, em Salvador, serão analisadas as perspectivas do mercado brasileiro e latino-americano para os próximos anos, e também a influência que a Internet vem provocando na área de seguros.

Várias autoridades do governo baiano e da área econômica do governo federal já confirmaram presença no encontro, destacan-

do-se o ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Dornelles; o superintendente da Superintendência de Seguros Privados (Susep), do Ministério da Fazenda, Hélio Portocarrero; e o presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Demóstenes Madureira Pinho Filho.

### NO SENADO

Valendo-se de uma nova tendência de introdução do seguro no âmbito do funcionalismo público, como forma de ampliação dos benefícios a esse segmento, a Associação dos Servidores do Senado Federal (Assefe) está oferecendo aos servidores da instituição pacotes de seguro de vida em grupo, de contratação imediata e simplificada, sem período de carência e com desconto em folha.

Segundo dirigentes da Assefe, nessa modalidade de seguros o

pagamento da indenização é rápido, sem necessidade de inventário e livre de responsabilidades por dívidas. No caso do Senado, o participante recebe um certificado de apólice emitido pela AGF Brasil – Allianz Group –, com as respectivas coberturas contratadas.

A ampliação de seguros de vida em grupos fechados para instituições públicas e empresas privadas será também um dos temas do XI Congresso Brasileiro de Corretores de Seguros.

## Serviço

Informações sobre o seguro aos servidores do Senado:  
(61)327-1228 (61)9981-1229

Informações sobre o XI Congresso Brasileiro de Corretores de Seguros:  
Fenacor – (11)-3107-1030  
www.fenacor.com.br

# Pesquisas foram manipuladas, diz Álvaro

O senador suspeita que durante as eleições municipais candidatos com grande poder econômico juntaram-se a institutos com a intenção de interferir nos resultados do pleito

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) manifestou sexta-feira em Plenário sua suspeita de que candidatos com grande poder econômico se juntaram a institutos de pesquisa para manipular informações sobre as tendências do eleitorado e influenciar o resultado das eleições municipais. Ele pediu ao Ministério Público que seja investigada a atuação conjunta de políticos e institutos. Sugeriu ainda mudanças na legislação eleitoral, propondo, entre outras alterações, que seja proibida a divulgação de resultados de pesquisas eleitorais até 30 dias antes da votação.

— As pesquisas têm se constituído numa fonte de corrupção envolvendo pequenos e grandes institutos — disse Álvaro Dias.



Álvaro Dias considera que as pesquisas eleitorais transformaram-se em fonte de corrupção

Segundo o senador, a manipulação de dados e informações ficou clara com a vitória de candidatos a prefeito que figuravam em último lugar nas pesquisas e a derrota de candidatos considerados imbatíveis.

Álvaro Dias afirmou que nos pequenos municípios observou-se “maior repúdio às mentiras dos institutos”. Nos grandes centros, a “fabricação de favoritos acabou canalizando para alguns candidatos” o chamado voto útil.

Ainda assim, Álvaro Dias acredita que de modo geral a população fez das eleições a “oportunidade de julgamento” dos institutos. Para o senador, foi julgado também o instituto da reeleição, uma vez que poucos prefeitos conseguiram se manter no cargo. Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) disse concordar com Álvaro, questionando a conveniência da reeleição, uma vez que “o peso do poder econômico é muito grande”, principalmente no interior, disse.

Outro fator crucial no resultado das eleições foi a cobrança de comportamento ético por parte dos políticos, de acordo com Álvaro Dias. Conforme afirmou, o Ministério Público denunciou vários prefeitos por irregularidades, levando a população a não votar em muitos deles, mesmo antes das decisões judiciais definitivas.

— Que essas eleições tenham servido de laboratório para que os congressistas votem uma legislação eleitoral mais adequada ao país e que não seja a causa de injustiças e mazelas — disse Álvaro Dias. Ele lembrou que há importantes projetos aprovados pelo Senado sobre a reforma política aguardando apreciação na Câmara dos Deputados.



Sérgio Machado avalia que o tema deveria ter sido votado antes de outras reformas constitucionais

## Sérgio Machado pede urgência na votação da reforma política

Falta senso de urgência para a reforma política, afirmou o senador Sérgio Machado (PSDB-CE), ex-relator da comissão especial que examinou a matéria. Ele avalia que as mudanças políticas deveriam ter sido as primeiras reformas constitucionais aprovadas pelo Congresso. Institutos como o financiamento público de campanha, a cláusula de desempenho eleitoral, a fidelidade partidária e as listas fechadas de votação possibilitariam, sustenta o senador, o amadurecimento do processo político-eleitoral brasileiro. As propostas encontram-se na Câmara dos Deputados e dependem de um pedido de urgência para que entrem na pauta de votações como prioritárias.

— Imaginem como seria mais simples saber que seu voto seria respeitado. Que seu candidato, eleito, seria um cumpridor do programa defendido no palanque e que não mudaria de partido. E saber que nenhum financiador escuso teria poderes sobre ele — disse Sérgio Machado vê na fragilidade do processo eleitoral a origem de problemas estruturais do Brasil, como a má distribuição de renda e a violência. “Tudo isso tem origem, ou referência, no centro do processo decisório e nas regras que colocam no poder quem toma as decisões, em todas as esferas.”

Sérgio Machado divulgou nota oficial do PSDB em apoio à reforma política. Na nota, a Executiva Nacional do partido manifesta “satisfação com o desempenho do partido nas eleições municipais” e registra os avanços do sistema democrático brasileiro, com 110 milhões de eleitores se utilizando da votação eletrônica em todo o país.

## CCJ examinará financiamento público de campanha eleitoral

O financiamento de campanhas eleitorais exclusivamente com recursos públicos será analisado e votado em breve pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O parecer do relator, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), é favorável à proposta. Há dois projetos sobre o assunto tramitando na comissão: um do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) e outro do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Álvaro Dias informou que o conteúdo das duas propostas está incluído na nova redação dada ao projeto de Machado. O texto de Pedro Simon

será considerado prejudicado.

De acordo com a nova redação, nos anos em que se realizarem eleições, o orçamento da Justiça Eleitoral para o alistamento e a campanha eleitoral será equivalente a R\$ 7 — contra os R\$ 0,35 atuais — por eleitor alistado até 31 de dezembro do ano anterior. Os recursos serão transferidos integralmente aos diretórios nacionais dos partidos políticos. Será destinado, conforme o projeto, 1% do valor global dos recursos para todos os partidos políticos registrados e 99% para os partidos com representação na Câmara dos Deputados,

na proporção do tamanho de suas bancadas.

Com a destinação de fundos públicos para o custeio de despesas com propaganda dos candidatos, os partidos ficarão proibidos de receber dinheiro de doadores, sejam empresas, pessoas físicas ou qualquer instituição. A idéia é que os eleitos não fiquem reféns dos que financiam os candidatos apenas para receber vantagens ou benesses no futuro. O superfaturamento de obras públicas é um exemplo de vantagem normalmente dada a empreiteiras em razão do apoio financeiro em eleições.

— Não podemos nos esquecer, e o escândalo do governo Collor mostrou isso, que muitas irregularidades descobertas numa administração têm origem ainda na campanha eleitoral — disse Álvaro Dias.

Para o senador, o novo modelo de financiamento dos partidos e candidatos, já adotado em países como a Alemanha, diminuirá a força do poder econômico por meio da distribuição mais igualitária dos recursos. Hoje, assinalou, alguns partidos trabalham com somas elevadas, enquanto outros têm poucos recursos.

## Marina defende ensino da ética contra corrupção

Ao manifestar sua indignação diante do crescente número de casos de corrupção no país, a senadora Marina Silva (PT-AC) defendeu o ensino de valores éticos às crianças e jovens como a melhor maneira de combater o problema na sociedade brasileira. Ela afirmou ser alto o índice de corrupção entre os políticos. Disse, entretanto, ser justamente o Congresso, por meio das CPIs, a instituição que mais tem contribuído para tornar a corrupção visível no país.

Marina lamentou que o presidente Fernando Henrique Cardoso não tivesse incentivado a instalação de algumas comissões parlamentares de inquérito que poderiam ter revelado mais casos de corrupção. E é pre-

ciso também, acrescentou, “criar condições para um Poder Judiciário mais ágil, garantindo que os corruptos, uma vez denunciados, sejam julgados e punidos”.

Para Marina, é um erro analisar a corrupção apenas pelo lado do político ou do servidor público desonesto, sem levar em conta o corruptor, em geral um membro da elite econômica e social do país, disse. “Não é possível falar em sociedade virtuosa e política corrupta, pois os políticos são reflexo da sociedade e chegam ao parlamento ou ao executivo das três esferas de poder por delegação do povo”, argumentou.

A senadora afirmou ainda que, para reduzir a corrupção em torno dos recursos públicos, é preciso de-



Marina afirma que as CPIs têm sido o principal instrumento para tornar a corrupção mais visível ao país

## Partido Verde no Senado

O médico Júlio Eduardo Pereira será o primeiro integrante do Partido Verde a assumir uma cadeira no Senado brasileiro. Suplente da senadora Marina Silva (PT-AC), que entra amanhã em licença para tratamento de saúde, Eduardo Pereira já exerceu cargo de vereador em Rio Branco (AC) e hoje é membro do diretório estadual do PV. A licença da senadora terá duração de 121 dias.